

# subtrópicos

REVISTA DA EDITORA DA UFSC

JANEIRO 2014

#4

VILA-MATAS E O MAMBO N.º 5 • A FALA É CINZA •  
CULTURA: UM CONCEITO • O FUTURO DA CIDADE  
NO ATROPELO • PORTOS, FERROVIAS E NAVEGAÇÃO  
EM SANTA CATARINA • O CAROÇO DO ANGU • JOÃO,  
JOSÉ E OS NARCISOS NO TELEJORNAL • POLÍTICA  
POR IMAGENS • FOTOGRAFIA: CRISTIANO PRIM



# Vila-Matas e o Mambo nº 5

*Recordações sentimentais de quem padece do Mal de Montano, o desejo de ser a “memória da literatura”*

**CARLOS HENRIQUE SCHROEDER**

## Uno

Há alguns anos, namorei uma chilena que era professora de mambo (dança cubana para invertebrados) em Buenos Aires. Certa noite, depois de quantidades industriais de pisco, ela começou a vasculhar a pilha de livros em cima de minha mesa, no quarto e sala de 2 metros quadrados em que eu morava em Balneário Camboriú, e soltou essa:

“Ah, minha mãe foi professora de mambo deste cara, no final da década de 1960, acho até que tiveram um caso, sempre falava dele”.

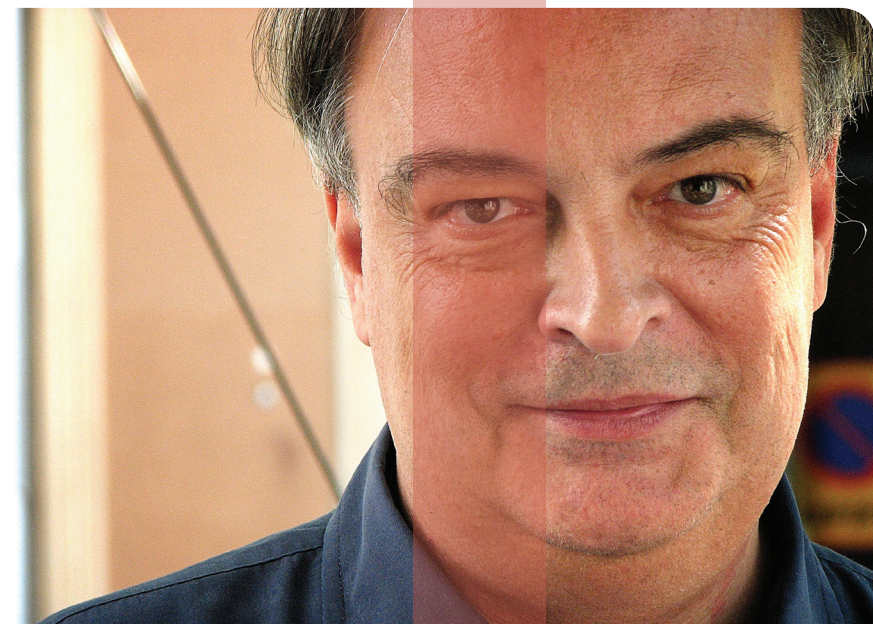
A possibilidade de eu ter um livro de mambo ou de ter um autor que dançasse mambo em minha mesa era tão remota quanto a de eu conseguir dançar mambo sem quebrar o pescoço: mas resolvi espiar o livro.

Era a edição da Anagrama, de 1985, de *História abreviada da literatura portátil* do Vila-Matas. Comecei a rir sem parar e só parei após uns cascu-dos.

O fato é que ele dançando *Mambo Number Five* do Perez Prado me parecia algo tão impossível quanto os personagens impossíveis do autor catalão. Seria Vila-Matas um prodígio do mambo em seus anos loucos parisienses?

## Dos

Vila-Matas chegara em Paris no ano de 1968, para fugir do franquismo. Alugou um apartamento da escritora Marguerite Duras, e já aproveitou as tratativas comerciais para lhe pedir dicas



FOTOS ENRIQUE VILA-MATAS/PUNTOCOM

O catalão Enrique Vila-Matas, autor de *A viagem vertical* e *Bartleby e companhia*, entre outros

sobre como se tornar um bom escritor. Pagava suas contas com seus bicos jornalísticos para a revista *Fotogramas*, e grande parte de suas aventuras parisienses estão em *Paris não tem fim*, seu livro de 2003, lançado em 2009 no Brasil. Aliás, a única pista de que o autor de *Dr. Pasavento* tenha algum dia flertado com o mambo está justamente neste livro.

“... Julita Grau me perguntou se eu estava escrevendo alguma coisa e disse-lhe que estava terminando um romance que assassinava os leitores.

Também me perguntou sobre outros projetos, dei uma grande puxada no charuto *habanero* e de repente ocorreu-me o título de uma peça de teatro que se intitularia *Ao Sul das Pálpebras*.

E quando ela quis saber de que tratava essa peça, aproveitei uma pausa na conversa de Paloma Picasso com os dois autores argentinos para olhar para o céu estrelado de Paris e dizer com falsa modéstia, embora sem conseguir ocultar a voz

ativa de quem se julga a séculos de luz dos seus contemporâneos:

“Bom, não quero me achar, mas tenho a intuição de que será uma peça interessante, é um estudo psicanalítico do olhar”.

Picasso e os dois dramaturgos olharam-me com estranheza.

Não me intimidei com nada, pelo contrário.

“Psicanalítico do olhar”, repeti. Eu estava absolutamente convencido de que era o rei do mambo.”

## Tres

Nunca conversei com Vila-Matas, mas passei três vezes por ele em 2012, durante a Flip, o que já me coloca na condição de especialista em trânsito vilamatiano. Já assisti a várias de suas falas, pela internet, e a conclusão que tenho hoje, de sua voz monócórdia e de seus gestos calculados, é que ele é incapaz de levantar os dois dedinhos para dançar, quem dirá sacolejar como passageiro em ônibus, no ritmo do mambo. Mas há quarenta anos a história poderia ser outra, ou não?

CARLOS HENRIQUE SCHROEDER (Trombudo Central, 1975) é romancista, dramaturgo, crítico literário e editor. Autor de, entre outros livros, *A Rosa Verde* (EdUFSC), *Ensaio do Vazio* (7Letras) e *As Certezas e as Palavras* (Editora da Casa), ganhador do Prêmio Clarice Lispector de contos da Fundação Biblioteca Nacional.

**subtrópicos**  
REVISTA DA EDITORA DA UFSC JANEIRO 2014 #4

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
Reitora Roselane Neckel  
Vice-Reitora Lúcia Helena Martins Pacheco

EDITORA DA UFSC  
Diretor Executivo Fábio Lopes da Silva  
Conselho Editorial  
Fábio Lopes da Silva (Presidente)  
Ana Lise Brancher

Carlos Eduardo Schmidt Capela  
Clélia Maria de Mello Campigotto  
Fernando Jacques Althoff  
Fernando Mendes de Azevedo  
Ida Mara Freire  
Maria Cristina Marino Calvo  
Marilda Aparecida de Oliveira Effting

Editor Dorva Rezende  
Planejamento gráfico Ayrton Cruz  
Fotomontagem da capa Ayrton Cruz  
Revisão Aline Valim  
Gráfica Copiart  
Tiragem 500 exemplares

 **editora ufsc**

Campus Universitário — Trindade  
Caixa Postal 476  
88010-970 — Florianópolis/SC  
Fones: (48) 3721-9408, 3721-9605 e 3721-9686  
Fax: (48) 3721-9680  
editora@editora.ufsc.br  
www.editora.ufsc.br  
www.facebook.com/editora.ufsc

LANÇAMENTOS DA  
EDUFSC

Marguerite Duras em frente ao prédio na Rue Saint Benoît, no qual Vila-Matas foi seu inquilino

## Cuatro

De todas as minhas esquisitices, talvez o fato de não dirigir e de sofrer do Mal de Montano sejam as menores. Bom, o fato de não dirigir remonta a minha adolescência: enquanto meus colegas chegavam a estudar o funcionamento dos veículos com manuais e conversavam horas e horas a fio sobre a potência de motores, eu passava minhas tardes livres tentando entender o que diziam os filósofos daquela coleção azul da Abril Editora. Embora na época eu não entendesse muita coisa, o pouco que conseguia absorver era uma espécie de iluminação. É claro que todos os meus colegas começaram a namorar antes de mim (embora as meninas gostassem de escutar meus solilóquios sobre Nietzsche e Heidegger). A única vez que dirigi por mais de quinze minutos foi aos dezoito anos, na auto-escola, e, claro, contei com a paciência de meia cidade (mas por incrível que pareça, consegui tirar a carteira de motorista, pois no dia do teste, até hoje não entendo, dirigi perfeitamente, para logo depois desaparecer completamente)... Não quero dirigir, pois todo mundo quase o sabe, e prefiro arrastar minha carcaça ao sol do que ficar grosnando e gesticulando como um babuíno no trânsito... Mas acho mesmo que é meu instinto de sobrevivência que não quer ver-me atrás de um volante, pois sou muito distraído e dado a longas incursões interiores. Provavelmente bateria num Mercedes S500 tentando lembrar uma estrofe de Dylan Thomas ou uma citação de Walter Benjamin.

Coisas de quem sofre do Mal de Montano, que é a obsessão pela literatura e pelo literário, pelo desejo de ser a “memória da literatura” encarnada e

pela busca de um antídoto para a morte da literatura.

O termo foi criado por Vila-Matas em seu romance *O mal de Montano*, e pode ser resumido no seguinte parágrafo do livro: “Talvez a literatura seja isso: inventar outra vida que bem poderia ser a nossa, inventar um duplo. Ricardo Piglia diz que recordar com uma memória estranha é uma variante do duplo, mas é também uma metáfora perfeita da experiência literária. Aca-bo de citar Piglia e constato que vivo rodeado de citações de livros e autores. Enfermo da literatura. Se continuasse assim, ela poderia acabar por me engolir, como um espantalho dentro de um remoinho, até fazer com que me perdesse nos seus confins sem limites. A literatura asfixia-me cada vez mais, aos cinquenta anos angustia-me pensar que o meu destino seja acabar por me converter num dicionário ambulante de citações.”

O Mal me afeta de tal forma, que não consigo amarrar um cadarço sem lembrar de uma citação; e de forma obsessiva, orbito sobre um único tema: a literatura e a sua capacidade de transfigurar esta coisa incerta a qual chamamos vida... Afinal, como diz Vila-Matas, “não há melhor forma de se livrar de uma obsessão do que escrever sobre ela”.

## Cinco

Katty me trocou por um cara com mais cabelos e que dirigia. Ele tinha um carro conversível e usava camisas floridas. Pelo seu porte atlético, também dançava mambo. Desde o ocorrido, passei a duvidar da história do Vila-Matas dançarino, mas pode ser rancor. ■



### O Estado da Arte da Pequena e Média Empresa: Fundamentos e Desafios

autor: Pierre-André Julien

Traduzido por Miro Hildebrando, é o mais completo estudo sobre a pequena e média empresa, sob a organização de Pierre-André Julien, consultor da OCDE, diretor da conceituada Revue Internationale PME e autor/coautor de mais de 400 artigos científicos sobre o tema. O livro cumpre o papel de esclarecer a respeito de assuntos como desenvolvimento territorial, localização, marketing, inovação, estratégia, RH, finanças e outros mais. *O Estado da Arte da Pequena e Média Empresa* renova e engrandece a discussão do tema e é referência para todos os interessados na difusão e aperfeiçoamento do conhecimento do complexo mundo dos pequenos negócios. Obra para ser utilizada dentro e fora da academia, por empresários, administradores públicos, professores e estudantes em geral.



### Os Herdeiros: Os Estudantes e a Cultura

autores: Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron

Ao vislumbrar a construção de uma escola justa — para todos e de qualidade —, faz-se necessário desvelar os mecanismos de perpetuação e legitimação das desigualdades, abrigados sob o véu da neutralidade, da racionalidade meritocrática e da democratização da educação. Ao porem a nu o “jogo universitário”, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron demonstram que a herança cultural exerce um papel fundamental na reprodução social. A leitura desta obra (na tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle), meio século após sua publicação, ajuda a compreender a relação estreita entre desigualdades sociais e desigualdades escolares, cristalizada na educação escolar. Fica evidente, como vêm mostrando as estatísticas atuais referentes ao acesso ao ensino superior brasileiro, que as constatações de *Os herdeiros* não perderam sua validade.



### Limiares sobre Walter Benjamin

autor: João Barrento

Professor de literatura da Universidade Nova de Lisboa, o germanista português João Barrento é, sem dúvida, um dos mais importantes estudiosos do pensamento de Walter Benjamin que temos hoje. Acompanhado de um diário de composição em CD-ROM (com anotações críticas, notas de tradução, desenhos, imagens etc.), *Limiares sobre Walter Benjamin* aparece não apenas para suprir uma lacuna no Brasil acerca da importância de João Barrento — como crítico e tradutor — já tão configurada em Portugal, mas para termos também entre nós o frescor e a deriva de seus textos. Não à toa, uma das questões fundamentais neste seu livro sobre o pensamento de Walter Benjamin é a de movê-lo ainda mais como um homem de fronteira: “uma figura instável no limiar da História”.

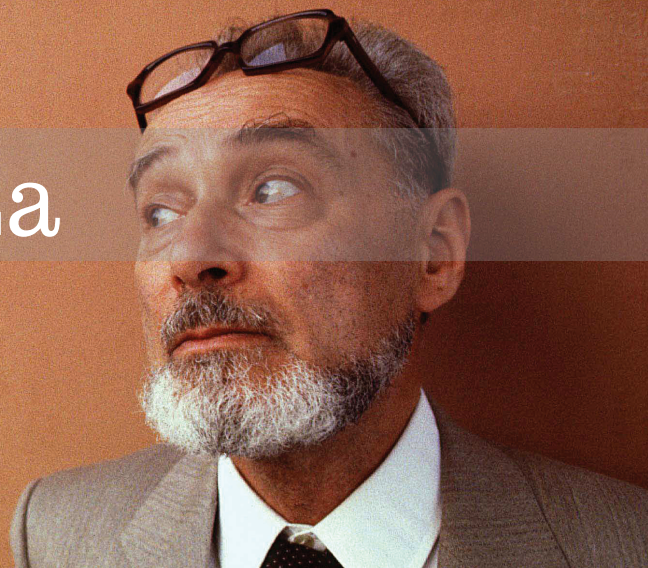
## NOTAS UNIVERSITÁRIAS

► A série *Livro da Minha Vida*, produzida pela EdUFSC e pelo Laboratório de Telejornalismo da UFSC, passará a ser exibida entre os programas da TV UFSC. Os depoimentos em vídeo já lançados estão disponíveis no canal da Editora no Youtube (<http://www.youtube.com/user/editoraufsc>).

► Os números da EdUFSC em 2013: 50 títulos publicados, três edições da *Subtropicos*, duas feiras de livro organizadas, participação em mais de uma dezena de eventos regionais ou nacionais, dez vídeos produzidos para a série *Livro da Minha Vida*, apoio cultural a dois filmes catarinenses, além da estreia do programa *Livro Aberto*, dedicada ao catálogo da Editora e exibido pela TV UFSC.



# A fala é cinza



FOTOS EL PAÍS E LA JORNADA DE JALISCO

*O terrível fardo dos sobreviventes é honrar a memória daqueles que, por desespero, sadismo ou passividade, eles traíram*

**FÁBIO LOPES DA SILVA**

Ao ser conduzido a um trem apinhado de outros prisioneiros judeus italianos, Primo Levi tinha clareza de que seguia rumo à morte. “Nós já conversáramos com os fugitivos poloneses e croatas”, escreve ele. “Sabíamos, portanto, o que significava partir”. Ainda assim, uma sensação de alívio percorreu-lhe o corpo tão logo o destino final da viagem — Auschwitz — foi anunciado aos deportados. É que, como Primo Levi observa em seguida, um nome — mesmo aquele, do qual ele jamais ouvira falar — deve sempre “corresponder a algum lugar deste mundo”. O que tem nome, Primo Levi parece presumir, pode muito bem ser atroz ou injusto, mas continua a existir entre as coisas, continua a guardar alguma semelhança com elas, continua a poder ser medido, analisado, compreendido e, no limite, assimilado.

Não obstante, mesmo essa frágil sensação de pertencimento — precariamente equilibrada sobre uma dor supostamente conhecida ou, ao menos, decifrável — logo o abandonará. “[E]stamos fora do mundo”, constata, com efeito, Primo Levi a propósito de sua chegada ao campo de extermínio.

Fora do mundo: Auschwitz é “a casa dos mortos”, “o fundo”. Ora, ingressar em Auschwitz — tocar o fundo — é perder tudo: “Nada é mais nosso: tiraram-nos as roupas, os sapatos e até os cabelos”. Esse processo de destituição subjetiva atinge em cheio a linguagem: “se falarmos, não nos escutarão — e, se nos escutarem, não nos compreenderão.” Não por caso, Primo Levi descreve o próprio traslado ao campo de extermínio como uma sucessão de toponímicos cada vez mais estrangeiros, espinhosos e impronunciáveis: “Pela fresta [da porta do vagão], alguns nomes conhecidos e outros estranhos de cidades austríacas, Salzburg, Viena; depois tchecas; por fim polonesas.” Isso que se passa do lado de fora — o eclipse progressivo da linguagem — encontra o seu exato correspondente no interior do trem: “Ninguém tentava mais comunicar-se com o mundo externo”. Quando o comboio finalmente completa a viagem, o que resta em torno dos deportados é uma “planície escura e silenciosa”.

Planície escura e silenciosa: estranho lugar. Melhor dizendo, não se trata propriamente de um lugar, mas de um não-lugar, feito de pura negatividade: nada de relevo, nada de luz, nada de som. Uma perturbadora regra-de-três articula-se, então, no texto de Primo Levi: se, como ele acreditava desde o início, um nome corresponde sempre a um lugar, um não-lugar corresponderá a algo assim como um antinome. De fato, Auschwitz é, em seu dizer, o vértice de uma pirâmide de “nomes inumanos”.

Todas essas citações, é preciso assinalar, integram *É isto um homem?*, publicado em 1947, logo após o fim da guerra. Depois disso, Levi escreveu muitos outros livros, quase todos ligados ao mesmo tema. Destes, destaquei aqui uma de suas últimas obras, *Os afogados e os sobreviventes*, de 1986.

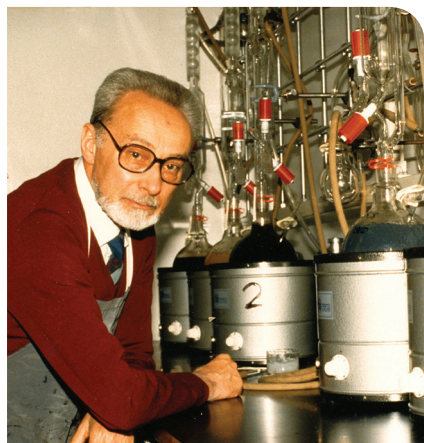
Não é ociosa a comparação entre *É*

*isto um homem?* e *Os afogados e os sobreviventes*. Neste último, percebe-se um deslocamento importante no modo como o autor compreende a própria experiência. O operador fundamental dessa mudança é o conceito de zona cinzenta. Com ele, Primo Levi pretende recobrir todo um imenso, intrincado e heterogêneo domínio de práticas e subjetividades que se interpõe entre os nazistas e aqueles que, no jargão do campo, eram chamados de muçulmanos, isto é, os prisioneiros que, sucumbindo completamente à escravidão, transformavam-se em “vermes ociosos, sem alma”.

Na zona cinzenta, estão os canalhas totais, a começar pelos capatazes arregimentados entre os presos para vigiar e punir os seus semelhantes. Mas nela figuram também indivíduos mais ou menos comuns que, em nome da sobrevivência, cometeram pequenas maldades ou simplesmente aceitaram passivamente ínfimos privilégios. O próprio Primo Levi tem consciência de que suas habilidades de químico formado — que lhe renderam uma função menos penosa na fábrica de borracha do campo — lançaram-no na zona cinzenta e, ao fim e ao cabo, possibilitaram que ele escapasse da câmara de gás ou da morte por extenuação e fome.

Notável contraste: em *É isto um homem?*, Auschwitz, como vimos, é, indistintamente, para todos os prisioneiros, “o fundo”. Já em *Os afogados e os sobreviventes*, o autor conclui que, na realidade, ele e os outros que habitaram a zona cinzenta não tocaram verdadeiramente o fundo. Só os muçulmanos o fizeram, mas estes morreram todos ou voltaram em silêncio, marcados que estavam por “ofensas que a língua não tem palavras para expressar”.

O terrível fardo dos sobreviventes — Primo Levi finalmente o compreende — não está “apenas” em falar em nome dos mortos, o que já seria excessivo. Cabe-lhes, a rigor, falar em nome dos que morreram no lugar deles. Cabe-lhes honrar a memória daqueles que, por desespero, sadismo ou passividade, eles, por pouco que seja, traíram. Cabe-lhes encarnar radicalmente a verdade — e ensiná-la a nós — de que a fala, toda fala digna deste nome, a deles e a nossa, é sempre cinza. ■





# Cultura: um conceito

*A lei de incentivo não conceitua o termo cultura. Prefere deixá-lo amplo, para que sirva ao interesse de quem dela puder se servir*

**MARILHA NACCARI**

Dois panoramas e dois parênteses em um texto repleto de frases interpostas. Para que o pensamento possa ir estritamente de um bloco a outro de percepções, vou fazer aqui um preâmbulo desenhado com a esperança de que a parte elucidativa da charada, que está visível, possa ser vista como aquilo que é, devidamente, o enigma. O que é a cultura prioritária para o brasileiro?

1. Espetáculo tipo cultura brasileira. Circulou nas redes sociais um programa britânico dedicado a viajar o mundo apresentando as formas televisivas de entretenimento mais populares (leia-se com maior audiência) em cada país. A apresentadora chega ao Brasil e mostra violência nas representações das novelas, exposição excessiva do corpo feminino, exposição do feminino de forma degradante e sempre com conotação sexual, subjugação pela fama, exploração da violência cotidiana. A chamada habitual para que se assista ao vídeo era: “Como a imprensa internacional vê o Brasil”.

2. Incentiva quem? De tempos em tempos, surgem na mídia polêmicas quanto ao uso da renúncia fiscal, dinheiro de empresas que iria aos cofres públicos, mas que pode ser repassado diretamente a uma iniciativa cultural avaliada pelo ministério da cultura. Dizem, sobretudo, respeito a grandes quantias (grandes para nós mortais, para alguns deve ser brinquedo) que são utilizadas em projetos pontuais, de artistas já conhecidos, que têm forte apelo comercial, com acesso do público apenas mediante pagamento de entrada (ou até privado), em valores elevados para grande parcela da população (mais de um terço do salário mínimo).

Parênteses:

[“Dinheiro? Tem! falta iniciativa”. Digo pelos últimos anos, não vou me comprometer com

mais passado que isto: mesmo existindo recursos (dinheiro!) reservado e anunciado para incentivar a cultura, sendo feito todo o processo público, com seleção e aprovação dos projetos legitimados (dentro dos conformes), o dinheiro de fato não chega (não é entregue) aos vencedores escolhidos. Eles voltam aos cofres públicos e no final se diz é que faltou iniciativa.]

[Os patrocinadores — inclusive (ou principalmente) federação, estados e municípios — priorizam iniciativas culturais comerciais, com grande capacidade midiática e retorno financeiro.]  
Fim dos parênteses principais.

O que eu, particularmente (quem queira concordar concorde, quem queira discordar tenha opinião), decompõem deste preâmbulo é:

O juízo da imprensa internacional não se estabelece com o parâmetro de um único programa estrangeiro sensacionalista;

Televisão pública (ah, deveria chamar apenas de aberta, mas, lembrem, ela é — ou deveria ser — do poder da federação) ter uma programação repleta de programas de baixo valor agregado ao desenvolvimento humano (do membro de uma sociedade, de um ser capaz de refletir e agir em prol de um interesse coletivo) não significa que este é o único interesse da população ou a única capacidade criativa da mesma;

O país esta viciado em fama (vide 14 anos de BBB, essa foi gratuita — quase —, mas não podia deixar passar), e escrúpulos para consegui-la parecem inexistentes;

Verba pública (do público) para custear espetáculo milionário, que ainda cobra proporções exorbitantes do salário mínimo como ingresso, é jogar o nosso dinheiro (do povo) na conta dos outros.

Os tempos são feitos de manobras. Neste país, a estratégia de planejamento é feita por advogados que aprendem como nunca perder em um contrato.

A lei que mais amplamente subsidia os meios de obtenção de recursos para a realização de projetos culturais não conceitua o termo “cultura”. Em especial, não conceitua o termo “cultura que necessitaria de incentivo do Estado para sua preservação ou desenvolvimento”. E aí está minha tese para quase tudo o que concerne a medidas práticas: não há um conceito coletivo, o conceito não é entendido da mesma forma por todos os envolvidos, o conceito é deixado “amplo” para que sirva ao interesse de quem puder se servir. Neste caso o conceito de cultura de interesse público que deve ter o incentivo do estado brasileiro. Não vou formular um conceito aqui, isto cabe a mais do que uma pessoa, de mais do que um círculo, com mais do que um interesse.

E nós, na nossa insularidade, nos desenvolvemos diferente?

... A espera de cultura,  
a espera da cultura,  
a espera por cultura...  
Qual, quem, o quê? ■



Em 2009, gastou-se R\$ 2,5 milhões num show de Andrea Bocelli que não aconteceu

FOTO GIOVANNI DE SANDRE/DIVULGAÇÃO

MARILHA NACCARI (Florianópolis, 1985) é mestranda em Literatura pela UFSC. Produtora cultural, é presidente do Fórum dos Festivais Brasileiros e coordenadora de Mostras do FAM- Florianópolis Audiovisual do Mercosul.



# O futuro da cidade no atropelo

DORVA REZENDE

**P**rofessor da Universidade Federal de Santa Catarina desde 1978, logo após se formar pela Federal do Rio Grande do Sul, mestre e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Nacional Autônoma do México (Unam), Lino Peres foi, ao lado de outros dois colegas vereadores (Pedrão, do PP, e Afrânio Boppré, do PSOL), uma das únicas vozes contrárias ao projeto do novo Plano Diretor de Florianópolis, aprovado em uma votação polêmica no começo deste mês. Na votação da redação final, no dia 6 de janeiro, o vereador pelo PT perguntou aos colegas da situação se algum deles poderia destacar uma emenda ou um artigo do projeto que fosse relevante para a cidade. O silêncio que se seguiu disse tudo o que ele pensa sobre a maneira como um tema tão importante foi tratado no Legislativo municipal.

Prestes a se aposentar na UFSC, aos 62 anos, 35 como professor, Lino diz que ingressou na política ao perceber que o trabalho de extensão universitária, feito em mais de 20 comunidades, havia chegado ao limite. “Na arquitetura, eu me dedico ao usuário, e território é construído pelas pessoas. Por isso que eu fui me tornar vereador, para poder fazer projetos maiores, de legislação urbana para a cidade como um todo”, disse Lino. Na entrevista a seguir, ele fala sobre o trabalho na Câmara de Vereadores, conta dos bastidores da votação do Plano Diretor e discute a cidade possível e aquela que está sendo imposta pelo poder econômico.



FOTOS MICHELE DINIZ

**Subtrópicos | Uma das primeiras ações do prefeito de Florianópolis foi impedir a construção do aterro na Ponta do Coral. Isso lhe deu o fôlego necessário para tocar o Plano Diretor da maneira como foi feito?**

**Lino Peres |** Havia um clamor muito grande na cidade pela defesa da Ponta do Coral.

Não só dela, mas das três pontas, a Ponta do Goulart, a do Lessa e a do Coral. Como o prefeito não tem uma relação direta com o Sinduscon, isso lhe permitiu ter uma certa autonomia. Eu imagino que, numa estratégia inteligente, o prefeito também usou o discurso técnico, separando-o da política. Para dizer: “Eu estou preocupado com cidade. A cidade tem que ser sustentável, então, isso os técnicos é que devem orientar”. Daí ele traz os professores Dalmo Vieira e Cesar Floriano, os dois do meu departamento. Bons técnicos, nas suas áreas específicas. Disse que iriam aparelhar o IPUF, que foi sucateado na gestão anterior, algo que há muito tempo nós reclamávamos. Isso foi outro discurso importante. Deu uma ideia de competência, de seriedade, embora tenha colocado na Floram o Carlin (Volei Ivo, desembargador aposentado), que é advogado da Hantei. Colocou também o Cesar (Floriano) no Sesp, o antigo Susp, porque ali é um caso sério, tinha irregularidades. Ele deu essa fachada de competência. Quando ele trouxe o Dalmo para o Plano Diretor, o movimento social refluíu, deu um crédito de confiança. Ele pegou uma parte do discurso crítico da cidade, ambientalista, de esquerda, que criticava, desde o caso da Moeda Verde, a convivência do privado no público. E ele deu outro sinal importante mandando suspender 150 alvarás. Depois ele libera 20 e 130 ele tranca, e montou uma comissão para verificar isso. Ele respondia, de maneira inteligente, não há como negar, a uma demanda que eu fiz quando fazia parte do Núcleo Gestor, de desfofo para a cidade, de congelar a cidade. Eu mesmo apoiei, mas disse para ele que precisaria ir mais longe, ver os últimos cinco anos. Isso foi motivo de uma CPI, pedida pelo Pedrão, pelo Afrânio, mas que a própria base governista tratou de minar, dizendo que não tinha base técnica. Depois ele afrouxou, mas, como peça publicitária, funcionou no início.

**Subtrópicos | Como foi a chegada desse Plano Diretor na Câmara de Vereadores?**

**Peres |** O prefeito queria de toda maneira aprovar o Plano Diretor no seu primeiro ano de mandato. Ele feriu vários dispositivos regimentais aqui nesta Casa. Nós entramos com uma ação no Ministério Público. Entrei com dois documentos nas duas comissões (de Trabalho e de Viação), fiz um parecer de 15 páginas. Pedrão entrou e eu entrei também com duas ações recursais. Eles foram lá e derrubaram tudo. Eles passam por cima, fazem o que querem. Eles fazem ajustes, trabalham nos buracos do regimento da Câmara. As comissões tinham que se reunir uma por uma, cada uma tinha que discutir

em audiência pública, depois passar para a outra. Eles fizeram as 10 comissões trabalharem ao mesmo tempo. Os presidentes avocaram para si a relatoria das comissões. E todos os pareceres foram muito semelhantes, alguém fez para eles e eles assinaram. Nas duas de que participo não, pois eu pedi vistas, atrasou uma semana. Ficaram em cima de mim, pressionando, e eu produzi pareceres longos. Os deles foram lidos numa velocidade que tu não acreditas, papapá, parece que de sacanagem.

**Subtrópicos | Também não houve muita discussão anterior.**

**Peres |** O processo foi todo atropelado. Até chegar aqui na Casa, ele conseguiu desagradar a maioria dos setores. A maioria dos (comitês) distritais diz que precisava mais tempo para discutir, no mínimo um, dois meses. Ele queria por na boca de todo mundo, o que não é verdade, que se queria deixar pro ano que vem, para chegar nas eleições e inviabilizar o plano. Ninguém falou isso. Ele poderia, em vez de entregar em outubro, entregar em dezembro. O plano poderia ser votado, tranquilamente, no primeiro semestre, fazendo-se todas as audiências públicas. A primeira votação em março e a segunda em abril. Redação final em maio e, em junho, estava tudo pronto. Mas não, precisava ser em 2013. Por que não houve essa pressa no primeiro semestre? O projeto ficou parado, e todo mundo ficou esperando. Instalaram o Núcleo Gestor tarde, em agosto. Gastaram duas reuniões para definir o cronograma metodológico. Na terceira ou quarta reunião, em que o Dalmo perdeu a votação, ele propôs cinco audiências regionais, e o movimento popular veio com 13 audiências distritais. O que não se fez na época do Dário. Afinal, são 13 distritos. Até poderia, depois ter as regionais e a municipal. Mas ele (Dalmo) perdeu a votação, foi 12 a 5. E aí ele se enfureceu, não admitiu perder. Quando o pessoal foi colocar em segunda votação o cronograma das 13 audiências distritais, ele suspendeu a reunião, dizendo: “Isso aqui é prerrogativa do prefeito”. Aí todo mundo recebeu uma carta: “Agradecemos os seus serviços, esperamos a sua colaboração”... Eles foram inteligentes, não extinguiram o Núcleo Gestor, para ninguém entrar na Justiça, porque daí o Ministério Público iria vir, pois o Parlamento tem que ser compartilhado. Só mandou a cartinha e botou (o plano) no congelador. E aí começou a tocar o cronograma deles. Daí, ele não chamou as cinco reuniões regionais que ele sugeriu. Convocou 41 reuniões nos bairros, mas não chamou o pessoal do Núcleo Gestor, que tem uma história de acompanhamento desse plano. Nenhuma reunião foi deliberativa, nem audiência pública. Nos encontros, havia 50 pessoas falando, 30 criticando, e ele (Dalmo) só dizia: “vou considerar, vou considerar”. Não havia um mapa sequer para se deliberar. O correto é ver, artigo tal, mapa tal, vota, não vota, destaque... Isso é conceber um Plano Diretor. Aqui não. Todo mundo ficou na depen-



dência da opinião dele, iluminada. Ninguém sabe se o que se dizia foi considerado ou não. Quando ele deu por terminadas as reuniões, deveria haver um tempo para se compilar todas as sugestões, realizar pelo menos uma audiência pública. Não foi isso que aconteceu. No dia seguinte, ele entregou o projeto na Câmara.

#### Subtrópicos | Por que foram feitas tantas emendas ao projeto?

**Peres** | O que fizeram foi uma coisa absurda. O prefeito entregou uma peça incompleta, 329 artigos feitos na correria, 13 mapas, incompletos, cartografia mal feita. Textos mal escritos. Sabe o que ele fez? O Dalmo veio aqui para dentro, ficou de plantão, foi retificando o que não retificou antes. Como ele não podia fazer emenda, mandou os vereadores da base governista realizarem o trabalho que não foi feito. Então ele tem 358 emendas dos ventríloquos dele, mais as 300 emendas dos próprios vereadores, porque cada um tem seus interesses específicos. Foram, então, 658 emendas. Para se ter uma ideia do absurdo, enquanto o projeto estava aqui, ele (Dalmo) se reuniu com o pessoal da Bacia do Itacorubi. E se reuniu, também, com o pessoal de Santo Antônio, aqui em frente, na Casa da Memória.

#### Subtrópicos | O Plano Diretor, então, foi costurado dentro da Câmara?

**Peres** | Sim, ele incorporou com emendas as sugestões dessas reuniões aqui dentro. Depois, aqui na Câmara, esse pessoal que eu chamo de gafanhotos, ligado à construção civil, veio para cima da peça que ele estava redigindo, principalmente no Estreito. Um exemplo: a BR-282 (Via Expressa), que era para comportar oito pavimentos, passou para 16. Na avenida Patrício Caldeira (de Andrade), lá nos fundos do Angeloni, passou para 12 pavimentos. Na Aracy Vaz Callado, no terreno da Marinha, que deveria ser área de lazer, também 12 pavimentos. Fatiaram o Estreito inteiro. Em Coqueiros, frearam em seis pavimentos, porque ali o pessoal é mais organizado. Mas no Estreito, no Jardim Atlântico, Monte Cristo, houve muitos problemas de representação, ali a verticalização foi violenta. A turma do concreto aumentou o gabarito do prefeito anterior, de 12 para 16. Na hora da primeira votação da Câmara, a sessão foi suspensa, e os vereadores da base passaram três horas reunidos com o Dalmo acertando, na base do isso aqui sim, isso aqui não. Nós esperando. Aí nos chamaram. Apresentaram uma lista com o que havia sido acordado, sem carimbo. E foram para a votação. O Cesar Faria (presidente da Câmara) chamava página 972, item número tal, não dava nem tempo de procurar a página. Eu só dizia, destaque, para depois ter dois minutos para discutir o assunto, como líder de bancada. Mas não adiantava nada, aprovaram da maneira que queriam. Desse jeito foi decidido o futuro da cidade. O que aconteceu aqui nesta Casa é inédito. Nunca houve uma Câmara de Vereadores tão controlada pelo

Executivo. Tá quase todo mundo alinhado com ele, mesmo a oposição. Porque ele deu cargos pro PMDB, com o professor Rodolfo Pinto da Luz (secretário de Educação), deu cargos pro PDT e, por último, chamou o Ricardo (Vieira) do PCdoB.

#### Subtrópicos | Você, que está aqui desde 1978, pode dizer a quem serve esta cidade, pelo menos os poderes constituídos?

**Peres** | Sempre prevaleceram a força do setor imobiliário e fundiário e as empresas de transporte, que sempre estiveram sob influência dos governantes, com quem tinham ligações. O problema é que Florianópolis é uma cidade administrativa. Aqui não há, como em São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, um forte setor econômico industrial, ao qual interessa um planejamento urbano que dê fluxo às mercadorias, e que até acaba sendo uma força progressista no sentido de que é preciso dar à cidade um planejamento de longo prazo. Aqui não existe isso. Planejamento urbano depende de uma coisa central, a terra. E em terra que tem dono com interesses fundiários, ele impede o planejamento, porque vai contra a lógica especulativa. Essa cidade sempre foi marcada por isto. A diferença é que houve um aumento da resistência ambientalista. Graças a esses movimentos, isso aqui não está pior. Os setores econômicos acusam os ambientalistas de xiitas, porque não permitem investimentos na região, não permitem um plano náutico, marinas, transatlânticos etc. Que grande força nós temos (risos)! Mas existe alguma verdade nisso. Florianópolis só não virou uma Mônaco porque o pessoal resiste. Eles não conseguem fazer isso na cidade como um todo, mas vão criando enclaves, como Jurerê, Cacupé, João Paulo etc. Há anos, o Poder Público de Florianópolis está alinhado com o poder econômico. Há uma verdadeira privatização da coisa pública. O que está acontecendo é uma pressão da opinião pública querendo resistir. Isso força uma mudança na pauta eleitoral de todos os candidatos, por mais que sejam retóricos. A mobilidade urbana é a ponta do iceberg, o caso mais dramático.

#### Subtrópicos | A solução passa pela mudança do modal de transporte ou por iniciativas como tirar os carros do centro da cidade?

**Peres** | É mais profundo. Você não tem uma mudança na questão da mobilidade urbana se continuar a ter concentração de investimentos públicos e privados na parte insular. E não é em qualquer parte da Ilha. É na parte Norte, nos eixos. Sempre foi o Norte. Agora está voltando: Sapiens Park, o Centro Administrativo, que prestou um desserviço à cidade ao se transferir para o Saco Grande, e todo eixo privilegiado da SC-401. A novidade agora, depois do turismo, é o polo de informática, que está tomando conta do PIB. A tendência é uma concentração econômica na Ilha, e aí não tem mobilidade urbana que resolva. Precisaria redistribuir os investi-

mentos na direção da Região Metropolitana, fazer o equilíbrio de trabalho e moradia, as pessoas morarem perto dos seus empregos. Também precisa mexer nos horários de trabalho, porque todo mundo entra e sai no mesmo horário. Ter transporte de massa, corredor exclusivo. Pode ser BRT, que é mais barato, ou VLT ou monorail ou aeromóvel. O transporte marítimo deve ser combinado com uma rede de micro-ônibus e de cicloviás, que faça com que as pessoas deixem os carros em bolsões de estacionamento, no meio do caminho para o trabalho, se não puderem deixar seus veículos em casa. Para isso, precisa ter um Estudo de Origem e Destino, se não houver isso, não há como fazer essa rede modal. Enquanto isso não acontece, a Ilha vai cada vez mais se elitizando, sobe o preço da terra e expulsa a população. A classe média está saindo da Ilha. Qualquer jovem que se forma e sai, hoje, da Universidade, não consegue comprar um terreno aqui. Para se comprar um apartamento, só na parte continental. Não é por acaso que a Pedra Branca está faturando. Como aqui há uma restrição muito grande, os municípios vizinhos, nos quais o controle social é menor, estão explodindo.

**“A cidade é civilizatória, como dizia Baudelaire, no século 19. O homem que se perdia na multidão. O poeta saiu dos reinos e desceu nos homens. Como os arquitetos, que saíram da corte e foram para a cidade.”**



#### Subtrópicos | Existe esperança de se encontrar uma solução para isso?

**Peres** | Nossa esperança é o Ministério Público. E, também, o empoderamento da sociedade. Há uma nova geração chegando, com mais conscientização ambiental, com maior noção dos seus direitos, mais informada, mais atenta. Nisso as redes sociais estão ajudando bastante. Há uma juventude que não depende mais da mídia oficial para saber o que está acontecendo. Nesse sentido, eu tenho esperança. Embora, paradoxalmente, haja uma desinformação e uma despolitização muito grandes na juventude. Mas, na questão ambiental, ela é quase revolucionária, pois isso não é uma pauta da esquerda tradicional. Nós temos 85% da população brasileira nas cidades. Metade da população mundial vive nas cidades e trabalha sem carteira assinada, na informalidade. É o quadro que eu vejo hoje, esperançoso, mas também um pouco pessimista. A cidade é civilizatória, como dizia Baudelaire, no século 19. O homem que se perdia na multidão. O poeta saiu dos reinos e desceu nos homens. Como os arquitetos, que saíram da corte e foram para a cidade. Baudelaire dizia: “Eu tenho o direito de ser livre e anônimo, andar no meio da multidão”. Esse é o lado bonito da questão. ■

**DORVA REZENDE** (São Leopoldo, 1965) é jornalista, mestre em Letras pela UFSC.





*Obra de Alcides Goulart Filho mostra como a rede de transportes já existente no Estado foi importante na fase de transição da economia catarinense, em meados do século 20*



FOTO AVRTON CRUZ

# Os caminhos e portos que um dia foram vitais

BERNARDO DE AZEVEDO BRITO

Em *Portos, Ferrovias e Navegação em Santa Catarina* (EdUFSC, 2013), Alcides Goulart Filho nos proporciona uma visão abrangente de como, no Estado de Santa Catarina, antes que as rodovias, já nos anos 1950, passassem a dominar o sistema brasileiro de transportes, a economia teve o seu desenvolvimento facilitado por diferentes portos, por uma navegação fluvial e costeira ativa, e por uma malha ferroviária que, não obstante a sua vulnerabilidade do ponto de vista financeiro, mostrou-se ainda assim útil, sobretudo da perspectiva da integração dos três estados do sul do Brasil. Uma rede ferroviária que já não era extensa, e na qual vários trechos não puderam ser mantidos, numa confirmação de precariedade que perdura até hoje. Em Santa Catarina, não é exagero afirmar que as ferrovias foram e continuam a ser a maior lacuna em matéria de transportes. Minuciosa e precisa nos detalhes, a obra de Goulart Filho é de fundamental importância para que as vicissitudes pelas quais a economia catarinense passou nas últimas décadas possam ser compreendidas sob a ótica dos meios de transporte.

Entre as conclusões que se impõem à luz das observações do autor do livro, está a notável capacidade de adaptação dos portos de Santa Catarina e dos corredores que os alimentavam à evolução da economia catarinense. Quando a erva mate, a farinha de mandioca, a madeira ou mesmo o carvão deixaram de encontrar mercado em outros

pontos do país ou no exterior, o Estado de Santa Catarina passou a gerar toda uma gama de produtos. A fase de transição foi facilitada pela existência de um sistema viário de boa qualidade para as condições da época. Por onde passavam antes a erva mate e a madeira, seguiam agora produtos manufaturados, como motores elétricos, exportados em contêineres; onde grãos e produtos de carne eram antes embarcados, passavam a ser movimentados têxteis e alimentos congelados; por onde seguiam carregamentos de carvão, contêineres de carga geral eram agora movimentados; ou mesmo todo um porto passava a servir de base para uma importante indústria pesqueira.

A simples realidade desses ajustes mostra como a economia catarinense não apenas vem se diversificando rapidamente, mas também vem revelando uma tendência à criação de novos polos de desenvolvimento. Esses novos polos, que asseguram a Santa Catarina um grau ímpar de desenvolvimento no contexto nacional, só se tornaram viáveis graças a uma rede de transportes de boa qualidade para os padrões do país. Entretanto, o livro deixa patente como a maneira pela qual as ferrovias foram implantadas resultou em distorções importantes, que favoreceram imigrantes vindos de outros estados e de outras regiões, mas prejudicaram os caboclos e a população nativa. Hoje, os cronistas da Guerra do Contestado são mais severos na crítica às iniciativas de Percival Farquhar, e mais vocais na defesa de direitos humanos, abertamente violados

no que terá sido, ao que tudo indica, uma campanha de genocídio.

O trabalho de Goulart Filho nos mostra como, mesmo na falta de um planejamento global, a economia catarinense e o sistema viário do Estado evoluíram sem sobressaltos e sem sofrer com gargalos que impedissem o progresso. No caso do carvão, não foi, assim, a demora na inauguração da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina (EFDTC) que limitou as perspectivas desse novo setor da economia catarinense, mas a qualidade inferior das jazidas do sul de Santa Catarina, que só tiveram uma sobrevida graças à termoeletrônica Jorge Lacerda.

Não faltaram estudos técnicos aprofundados. Os peritos que se debruçaram sobre problemas dos portos, por exemplo, emitiram por vezes pareceres fundados mais nos interesses que eles representavam do que numa realidade técnica. Muitos deles elaborados na disputa travada, durante décadas, entre as comunidades de Laguna e de Imbituba para definir qual seria o porto prioritário para o embarque do carvão. Na capital do país, indecisões e projetos abandonados também influenciaram no caso dos portos e ferrovias. Também a partir de meados do século 20, os caudalosos rios catarinenses deixaram de ser vistos como vias que, com pequenas correções, poderiam facilitar o transporte — isto num Estado onde as hidroviárias já foram importantes. As vantagens que o litoral catarinense oferece para a instalação de um maior número de pequenos estaleiros, e para a navegação de cabotagem, estão deixando de ser utilizadas.

Muitos dos problemas enfrentados no passado pelo Estado de Santa Catarina em matéria de transporte não terão mudado, mas a economia catarinense continua a se mostrar capaz de se ajustar às novas oportunidades que os mercados interno e externo lhe oferecem. Na obra de Goulart Filho, o leitor encontrará informações preciosas para o diagnóstico dos problemas do passado e para a identificação das soluções que se impõem, em nossos dias, na área dos transportes. ■





FOTO JEAN-FRANÇOIS BADIAS/UNIÃO EUROPEIA

# O caroço do angu

*O velho PCI, o nefando Berlusconi e uma outra reflexão a respeito da não conferência de Cesare Battisti na UFSC*

**MARCOS AURÉLIO DA SILVA**

Tolice repisar os atos da peça bufa que outro dia a cultura política dominante em Florianópolis ofereceu ao país com a interdição da conferência de Cesare Battisti na UFSC. Pouco importa se os algozes do personagem se opõem à dúvida dos tão falados homicídios — teria sido possível cometer atos que ocorreram no mesmo momento em cidades que distam três horas entre si? Pouco importa entender o complexo contexto italiano para se ter ideia do significado das Brigadas Vermelhas e outras organizações armadas nos anos 1970 — um país de tradição democrática, andou-se dizendo, sem se lembrar de Mussolini ou da “unificação bestial”, como anotou Gramsci, referindo-se à completa ausência das classes populares na unificação nacional. Pouco importa que elas tenham sido uma reação — é verdade que espontaneísta e capaz de agradar a moderados e até às forças imperialistas — à estratégia do *compromesso storico* entre o PCI e a Democracia Cristã contra um possível golpe patrocinado pela CIA, conforme ocorrera na vizinha Grécia; e ainda que a reação estatal tenha recorrido a leis de exceção e promovido, também ela, um clima de tensão social. Pouco importa que nesse mesmo *compromesso*, embora portador de uma correta análise da geopolítica global, esteja a raiz da triste mutação de dirigen-

tes menores do velho PCI, muito recentemente associados ao nefando Berlusconi para destruir, a soldo do neoliberalismo da União Europeia e do belicismo da OTAN, a democracia econômico-social e a forma parlamentar que, sublinhe-se, católicos e comunistas consagraram na Carta de 1948.

Ao observador atento não escapa que nesse angu mal cozido, servido a legalidades equívocas — Battisti, autor de 23 livros e muitos contos, não recebeu do Conselho Nacional de Imigração o direito de ficar e trabalhar no Brasil? —, o caroço logo aparece. Trata-se de investir contra as ciências humanas, acusadas de veicular o marxismo e, acima de tudo, expor comunistas e toda a esquerda, postos sob a suspeição de “inquirar” — a expressão é reveladora — as bases da sociedade civil. Ora, o que é isto senão o clone do descrédito aos estudos humanísticos e da degeneração intelectual e moral que passou a vigorar na cultura universitária norte-americana do pós-11 de setembro? Uma cultura que retoma, na arguta observação de Edward Said, as ideias reacionárias dos *New Humanists* dos anos 1930, para dar curso a um nacionalismo carola, autoprotetor e culturalmente eurocêntrico. Nada muito distante da ideia que, na Alemanha do III Reich, reduzia a Europa ao que era estritamente nórdico — juízo, o sabemos, forjado para aniquilar “o bolchevismo judaico-asiático”. Nos termos do se-

gundo homem do regime, Hermann Göring, transcritos pelo filósofo Domenico Losurdo: “Não só aniquilaremos essa peste, arrancaremos de todo livro a palavra marxismo”.

Apartada dessa verve obscurantista, a história concreta dos homens e ideias é bem outra. O marxismo é parte constituinte da moderna cultura política ocidental. Esta, ao invés de reservar um lugar à parte a grupos e ideários de oposição (como no medievo), os reabsorve em organismos da sociedade civil portadores da crítica social (sindicatos, associações de cultura, partidos políticos, escola). E eis que este mesmo marxismo, migrando para as colônias, explícita, após dura e longa luta contra um arranjo assaz mecânico da vida política — a ver as restrições às liberdades de expressão e reunião sob o czarismo — que no mundo do qual fazemos parte o que há é luta e condicionamento recíproco. Notemos a modernização econômica dessas regiões, cujos teóricos seguiam o mesmo Ocidente de origem do marxismo — Lenin defendeu o uso do taylorismo na URSS, e Gramsci sustentou o mesmo quanto aos métodos de Ford —, mas também suas inovações no campo dos direitos sociais, base das reformas capitalistas do século 20, segundo lamentou o liberal Friedrich Hayek. Por óbvio, um processo que segue com a China atual, não só empenhada na absorção da tecnologia ocidental e na construção de um Estado socialista de Direito, mas também capaz de contrapor, na geopolítica global, a decadente democracia dos EUA, entregue a interesses financeiros e militares.

Certamente, não interessa aos portadores nativos desta decadência — de raiz ideológica bem conhecida, vimos — entender assim o mundo. Sabiamente, nos anos que correm, os povos de grande parte da América Latina têm reservado a eles o lugar político merecido. *¡No pasaran!* ■

**MARCOS AURÉLIO DA SILVA** (Florianópolis, 1964) é professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da UFSC. O autor agradece a Giuliano Cappellini, membro do Circolo Culturale Concetto Marchesi (Milão) e do PdCI (Partido dos Comunistas Italianos), com quem trocou e-mails sobre a conjuntura política italiana dos anos 70.



# João, José e os Narcisos no telejornal

*A lógica de produção baseada na diversidade de vozes e depoimentos sobre os fatos só funciona graças aos múltiplos atores, entre famosos e comuns, interessados em exposição, reconhecimento e visibilidade*

BEATRIZ CAVENAGHI

Ligar a televisão para assistir a um telejornal e deparar com uma imagem que parece ter saído de um álbum de família: fotografias de um jantar entre amigos, um bebê recém-nascido ou uma festa de aniversário. Se você ainda não viu nada parecido, vai ver em breve. Estudos recentes focados no telejornalismo local realizado por diferentes emissoras brasileiras — alguns deles, do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Telejornalismo, da UFSC — revelam uma aposta no empoderamento do telespectador, em suas mais diversas formas, como uma estratégia para atrair a audiência.

Esse empoderamento consiste em incentivar e destacar insistentemente a participação dos telespectadores no processo de produção das notícias ou destinar espaços do telejornal para que ele “se veja” na telinha. Além dos quadros do tipo “coluna social na tevê” que ganham espaço, em alguns telejornais locais, é comum a participação de telespectadores que buscam, no telejornal, a solução para problemas não resolvidos pelo poder público. Há, também, os programas que reforçam que o telespectador é um parceiro e incentivam a produção de fotos e vídeos com denúncias de situações irregulares das mais diversas ordens. Quando isso acontece, este “parceiro” é elogiado e exaltado, numa mensagem que sugere: “Agora, você faz o telejornal”.

Nesse contexto, não é difícil compreender por que a televisão é considerada uma máquina narcisista. Conta a mitologia grega, em um resumo apressado, que Narciso — uma das mais belas criaturas já existentes — um dia apaixonou-se por sua própria imagem refletida no leito de um lago. Daí a relação entre o mito e a tela que ocupa lugares privilegiados em quase todas as casas brasileiras: o efeito encantador produzido pela televisão possibilita ver o mundo, o dis-

tante, o desconhecido e, muitas vezes, ver a si mesmo. O jornalista e sociólogo Muniz Sodré, já na década de 1980, discutia os encantos da “máquina de Narciso”, descrevendo a experiência de uma pesquisadora que perguntou a um jovem engraxate o que ele gostaria de ver na televisão. A resposta do garoto foi simples: “Eu”.

No telejornalismo, em especial, a lógica de produção baseada na diversidade de vozes e depoimentos sobre os fatos só funciona graças aos múltiplos atores, entre famosos e comuns, interessados em exposição, reconhecimento e visibilidade. Sem tais interesses, a produção de qualquer telejornal estaria seriamente comprometida. A presença do telespectador nesses programas, portanto, não é nenhuma novidade. A técnica do “povo fala”, por exemplo — enquetes com opiniões curtas de diversos telespectadores — é uma das mais conhecidas e utilizadas na produção telejornalística.

O que preocupa os pesquisadores da área é um possível desvio de função do telejornal, que se afasta da função de informar sobre as principais notícias das últimas horas e passa a investir na exposição dos telespectadores em uma espécie de vitrine cujos produtos foram substituídos pelos próprios consumidores. A quem poderia interessar essa vitrine? Deve-se considerar que, como bem ilustra Narciso, muitos telespectadores desejam se ver na tela da televisão, aparecer e desfrutar dos famosos 15 minutos de fama — mesmo que, no telejornal, este tempo seja facilmente reduzido a 15 segundos. Há, também, a explicação de que a experiência de um indivíduo mostrada no telejornal chamaria a atenção de outros telespectadores que se identificassem com a situação retratada.

Mas só isso não bastaria para que o telespectador alcançasse o lugar de protagonista no telejornalismo. O fator decisivo para este fenômeno é o interesse das emissoras em atrair a atenção de um novo perfil de público, que começa a se configurar a partir do contexto de convergência e de acesso às novas mídias. É aí que o narcisismo do telespectador passa a ser utilizado como estratégia. Por um lado, com as tecnologias de produção de conteúdo audiovisual, cada vez mais disponíveis: câmeras fotográficas, celulares capazes de gravar e editar vídeos, acesso à internet para envio de material às emissoras são apenas alguns exemplos. Por outro, com o sucesso das redes sociais, popularizando — ou banalizando — a exposição do cotidiano particular.

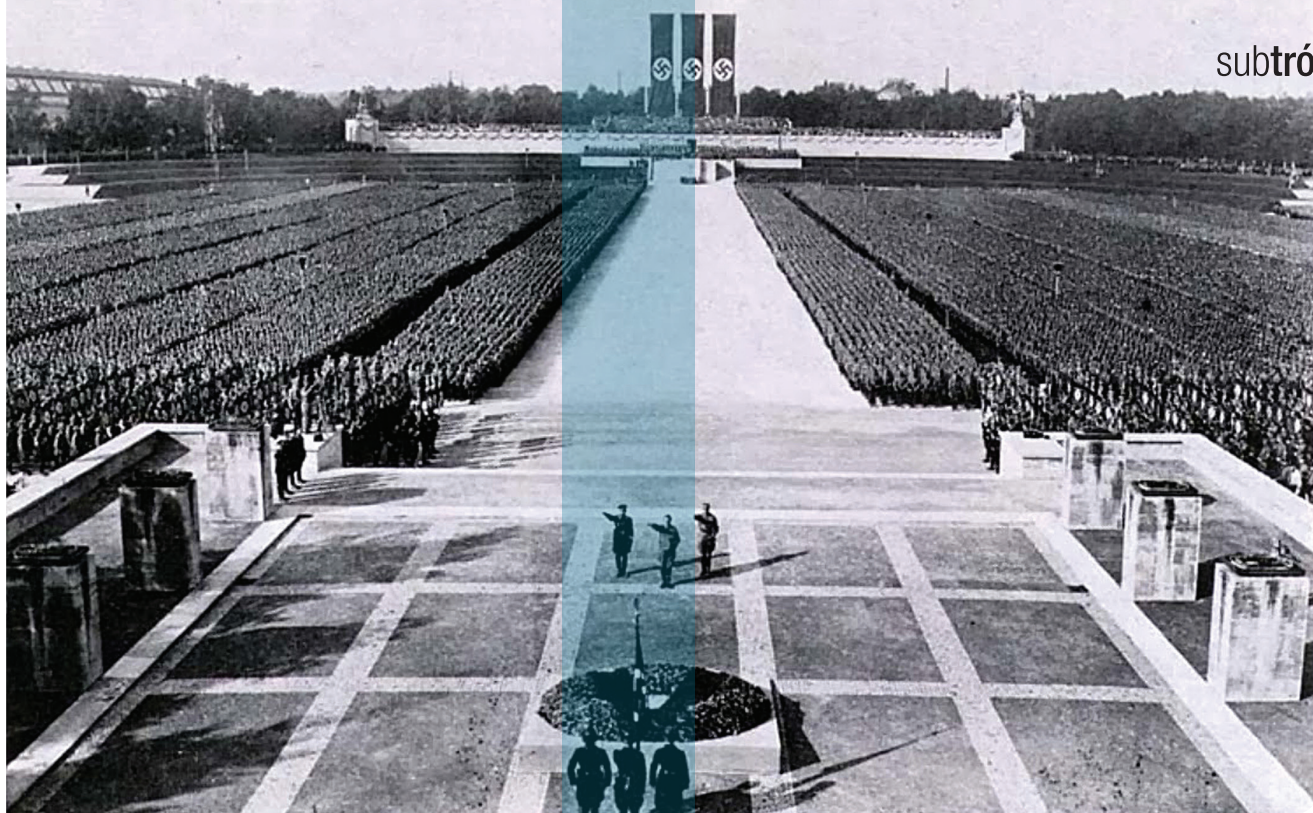
Para a pesquisadora espanhola Charo Lacalle, autora do livro *El espectador televisivo*, a personificação dos relatos nos telejornais pode estar ligada, também, ao fenômeno dos *reality shows*, que tornaram natural a exposição da vida cotidiana na tela da TV e passaram a influenciar outros formatos de programas, inclusive os telejornalísticos.

O ano de 2013 foi, para muitos analistas de mídia, um marco no que diz respeito aos baixos índices de audiência alcançados pelos telejornais de TV aberta no Brasil. A presença dos telespectadores no estúdio, nas telas e na produção destes programas parece destacar um período de tentativas, experiências e busca de alternativas para reconquistar o público. Resta agora, aos telejornais, aprender a lidar com os “Narcisos produtores de conteúdo” que estão criando. ■



NARCISO (1594-1596), DE MICHELANGELO CARAVAGGIO, GALLERIA NAZIONALE D'ARTE ANTICA, ROMA





Cena do filme *Triunfo da Vontade* (1935), de Leni Riefenstahl

# Política por imagens

O *Triunfo da Vontade*, documentário de Leni Riefenstahl, inaugurou a era da propaganda política contemporânea

ALEXANDRE FERNANDEZ VAZ

*Sieg Heil!* (Salve Vitória!), vocifera na tribuna Rudolf Hess, então deputado nazista, dando início, há quase 80 anos, a uma das mais importantes reuniões políticas do século 20. A assistência não hesita em responder, repetindo a saudação. Em Nuremberg, Alemanha, em setembro de 1934, celebrava-se o congresso anual do Partido Nacional-Socialista Alemão, com dias de bradar o belicismo e a mística nazista que pretendia unificar povo, nação e partido.

Não se tratava de uma convenção política comum. Dela foi feita uma das mais importantes peças dos anos que viram o cinema expandir-se como propaganda e entretenimento. Leni Riefenstahl, então com pouco mais de 30 anos, dirigiu *Triunfo da vontade* (*Triumph des Willens*), longo documentário do evento. Poucos anos depois, ela realizaria *Olympia*, em duas partes, sobre os Jogos Olímpicos de 1936, em Berlim. Com ele criaria a contemporânea maneira de se assistir a esportes. Para além do mero registro do evento de Nuremberg, encontramos uma obra fundamental para, nas noites de cinema em cada canto da Alemanha, amalgamar a unidade interna e a crença fanática na infalibilidade do projeto nacional-socialista e no destino glorioso do país.

Os primeiros letrados avisam: são 20 anos da Primeira Guerra, 16 do início do “sofrimento” (derrota), 19 meses desde o

“renascimento alemão” — a tomada definitiva do poder e a instituição do III Reich. Adolf Hitler, o *Führer*, chega a Nuremberg pelo céu. Em solo é recebido pelo “povo alemão”, que por todo o filme é exortado a ser único, sem divisões de qualquer tipo, principalmente de classe ou região. Hitler e outros membros da camarilha nazista passam os dias supervisionado paradas militares das tropas regulares e de elite, desfiles de trabalhadores e de jovens vindos de toda as partes da Alemanha e de além-mar (de Santa Catarina houve gente que engrossaria as fileiras nazistas na Segunda Guerra), cumprimentando as pessoas. Trabalho, juventude e raça são fetiches repetidos à exaustão, na combinação de imagens, discursos e trilha sonora triunfalista, Richard Wagner à frente. A montagem cinematográfica é das mais competentes. Os jovens aparecem em camaradagem misógina e caprichando na higiene. Poucos anos depois, entregariam a vida nas trincheiras do Leste. Mas antes surgem perfilados, repetindo palavras de ordem e fazendo promessas que reafirmam o mito do *Blut und Boden* (sangue e terra) na expectativa de uma Alemanha que será a pátria de todos os teutônicos do mundo.

Membros do exército e das tropas de elite, crianças, mulheres, os poucos homens que não são soldados, jovens acampados, todos parecem atuar para a câmera de Riefenstahl, que não poupa close-ups e combina os planos abertos das grandes co-

reografias com enquadramentos fechados, algo demorados, das lideranças. Elas se tornam carismáticas e convincentes. Há sorrisos e solenidade. Com excelente fotografia, que em alguns casos faz lembrar o melhor do expressionismo alemão, o documentário inaugura uma era, a da propaganda política contemporânea. Depois dele, nenhum político é menos que um ator e jamais a política pôde, no Ocidente, desvencilhar-se do carisma superlativado pelas imagens sequenciais em movimento.

Tudo isso pouco se alterou desde os anos 1930. Em tempos de nova corrida eleitoral para presidente do Brasil, que logo se inaugura, o filme de Riefenstahl ganha nitidez em seu caráter seminal. As coligações partidárias aparentemente estapafúrdias, resultado da busca de segundos a mais no horário eleitoral na tevê, mostram a importância de se atuar, impressionar, seduzir, já que a discussão de ideias e projetos é não apenas supérflua, mas inútil. Para tanto, as técnicas e a narrativa inaugurada em *Triunfo da vontade* são ainda modelo e inspiração. Não temos mais a anódina fotografia do candidato sob a leitura de seu “currículo”, como nos tempos da Lei Falcão da ditadura militar. Hoje, as pesquisas qualitativas e os grupos focais, tão ao gosto do marketing, alimentam os programas. Há muito mais recursos tecnológicos. Mas, seguem os enquadramentos que cultuam a personalidade, as narrativas que proíbem a reflexão, os candidatos que mostram “firmeza” e que entoam a emoção da paternidade ou maternidade do “povo”. Diz-se o que o assistente “quer” ouvir, confirmando seus preconceitos e os ressentimentos coletivos. Mais ou menos como há tantos anos, em certo país europeu que se preparava para a guerra total. ■

ALEXANDRE FERNANDEZ VAZ (Porto Alegre, 1967) é doutor em Ciências Humanas e Sociais pela Leibniz Universität Hannover, Alemanha. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação e do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, da UFSC. Pesquisador CNPq.



# Cristiano Prim

(Blumenau, 1972) é fotógrafo e cenotécnico, com licenciatura em Educação Artística pela Udesc. Desde 1994, o corpo em movimento, no teatro e na dança, é o objeto de seu trabalho e investigação. “Acredito que todo ator, músico, bailarino por mais medíocre que possa ser, tem o seu momento sincero, verdadeiro e honesto. Acho que muitas vezes consigo mostrar e surpreender o ator, músico e bailarino com o que eles mesmos têm de melhor através da imagem. Não gosto da depreciação e da subestimação. Gosto de pensar em trabalhos em termos de maturidade.”



“Esta foto homenageia a bailarina Gica Alioto, da Cena 11 Cia de Dança, que, no dia 22 de janeiro de 2007, nos deixou para dançar em novos palcos. Suas cinzas foram espalhadas por familiares e amigos nas águas cristalinas do território sagrado da Praia do Matadeiro num lindo dia de sol de verão. A imagem dela na minha mente é incrivelmente atemporal. Ela será sempre jovem, disposta, amiga e feliz...” ■